A reforma do ensino médio: a hidra neoliberal de "Uma ponte para o futuro"

AGENOR FLORENCIO COSTA NETO[1]

RESUMO

Este artigo analisa criticamente a reforma do ensino médio implementada no Brasil a partir da Lei nº 13.415/2017, situando-a no contexto do avanço do neoliberalismo inaugurado com o programa *Uma ponte para o futuro*. Argumenta-se que, longe de promover modernização, autonomia estudantil ou redução da evasão escolar, a reforma tem aprofundado a precarização da escola pública e do trabalho docente. A partir da realidade concreta das redes públicas de ensino, o texto discute problemas estruturais, como a falta de infraestrutura escolar, a precariedade do transporte, o aumento da evasão, a insuficiência da formação docente e a instabilidade profissional de professores. Sustenta-se que as tentativas recentes de "reforma da reforma" mantêm intactos os fundamentos neoliberais do projeto original, reproduzindo desigualdades educacionais e sociais. Por fim, o artigo defende a centralidade da mobilização sindical e da organização coletiva dos trabalhadores da educação como condição fundamental para a defesa da escola pública e da dignidade docente.

[1]UFRN - florencioagenor@gmail.com

Palavras-chave: reforma do ensino médio; políticas educacionais; neoliberalismo; precarização do trabalho docente; educação pública

A reforma do ensino médio: a hidra neoliberal de "Uma ponte para o futuro"

A presente reforma do ensino médio é reflexo de um processo intensificado de desmonte do Estado democrático de Direito e do definhamento de suas garantias constitucionais à classe trabalhadora, uma vez que, desde 2016, com o golpe de Estado e o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assume a presidência da República e, juntamente com os parlamentares favoráveis ao golpe, procura aplicar as diretrizes do documento intitulado "Uma ponte para o futuro" (SANTOS, 2016) com o objetivo de intensificar bases da ideologia neoliberal na agenda das políticas públicas do país.

Com "uma ponte para o futuro", as políticas públicas redistributivas e distributivas (LOWI, 1972) foram reprogramadas para favorecer o mercado em detrimento das necessidades básicas do povo brasileiro, trazendo como consequência o aumento de malogros históricos até então superados: aumento do desemprego, superendividamento da classe trabalhadora e volta do mapa da fome (OLIVEIRA, 2024)

No âmbito trabalhista, um ano após o golpe, o congresso aprovou em 2017 a reforma trabalhista, através das alterações promovidas pela Lei 13467/2017 e as consequências à classe trabalhadora foram dantescas: o enfraquecimento da proteção sindical e fortalecimento do engodo ideológico da negociação direta entre o patrão e o empregado; o trabalho informal enquanto alternativa ao desemprego e o fortalecimento jurídico do empresariado em detrimento da legislação do trabalhador (SOARES, 2023).

Na esfera da educação, em 2017 foi aprovada a alteração da Lei de Diretrizes de Bases por meio da lei 13.415 e o novo ensino médio foi aprovado. A Base Nacional Comum Curricular propunha uma alteração no currículo de modo gradativo, para que cada estado pudesse elaborar

a sua matriz curricular da educação básica, sobretudo o ensino médio, a partir do documento norteador e da realidade de cada região.

Quando se observa o discurso e o documento que propõe a mudança curricular do ensino médio superficialmente, aparentemente o cenário parece ser o mais adequado: das 13 disciplinas obrigatórias previstas na lei diretrizes de base (lei 9394/19976) antes da reforma do ensino médio, com a BNCC o estudante terá mais disciplinas em sua grade curricular, com uma carga horária maior, através de itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e projetos de vida. O estudante tem a "opção de escolher" as áreas do conhecimento que mais lhe agradam e mais lhe convergem. De modo geral, o projeto de vida seria, em tese, uma alternativa interessante para que o estudante pudesse escolher qual caminho seguir após a conclusão do ensino médio, além das trilhas poderem ajudar a pensar quais unidades curriculares são úteis de acordo com a afinidade formativa do secundarista.

Em suma, o objetivo da reforma do ensino médio era promover a redução no percentual da evasão escolar dos alunos da escola pública, elevar os indicadores educacionais e proporcionar um ensino médio mais atrativo voltado, em tese, para o mercado de trabalho e/ou a vida universitária.

No Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, os estudantes da primeira série do ensino médio têm 24 horas semanais de formação geral básica e 6 aulas a mais, sendo duas de projeto de vida, 2 aulas da eletiva 1 e 2 aulas da eletiva 2; na segunda e terceira séries, os estudantes precisam cursar 15 horas semanais de formação geral básica e 15 horas de eletivas, projetos e unidades curriculares.

No entanto, as contradições entre a mudança curricular e realidade vivenciada no "chão da escola", de um modo geral, não proporcionaram a devida guinada educacional proposta pelos entusiastas da BNCC, e para melhor contribuir no debate é necessário elencar e detalhar aqui os principais fatores do fracasso da mudança curricular, sobretudo com o novo ensino médio:

1. Escolas sem espaços adequados para a implementação da re-

forma; A falta de uma malha de transportes adequada em diversos municípios para a organização dos horários;

2. Aumento da evasão escolar;
3. A não reprogramação do tempo de transição para a implementação na nova realidade curricular após a pandemia;
4. A falta de formação adequada sobre projetos de vida, itinerários e trilhas;
5. Precarização do trabalho docente;
6. Freio na principal função da escola pública: emancipar o indivíduo a partir de concepções cidadãs existentes na constituição brasileira.
7. As escolas sem espaços adequados contribuem para que a implementação da nova realidade curricular para o ensino médio público no país seja complexa, incoerente e muitas vezes inexequível.

Muitas escolas não possuem estruturas adequadas de salas de aula que possibilitem aos discentes a escolha dos itinerários formativos de modo adequado, uma vez que o quantitativo de salas de aula muitas vezes fica aquém da possibilidade de escolhas dos diversos itinerários formativos.

O aumento exponencial de disciplinas no novo ensino médio proporciona um inchaço de componentes curriculares distribuídos entre formação geral básica, projetos de vida e algo vinculado ao empreendedorismo ou tecnologia.

Como a quantidade de salas de aula para que os alunos possam escolher quais trilhas e eletivas seguir geralmente não é suficiente para comportar a quantidade de alunos em muitas escolas, a solução encontrada inicialmente seria o contraturno, para que os alunos pudessem permanecer na escola para assistir aulas dos componentes curriculares restantes e totalizar a carga horária do novo ensino médio.

Mas outro fator surge como obstáculo para a execução qualitativa da implementação no novo ensino médio:

A falta de uma malha de transportes adequada em diversos municípios para a organização dos horários

Com uma carga horária maior de aulas, o novo ensino médio condiciona uma adequação a nível estrutural na dinâmica das escolas públicas de todo o país: o horário estendido de aulas e a possibilidade de acontecer no contraturno. Assim, a problemática do direito ao transporte escolar do aluno recai sobre um problema histórico: o impasse entre Estado e município para a gestão do transporte escolar dos discentes da educação básica, levando ao negligenciamento do respeito dos horários, uma vez que o mesmo transporte serve para atender alunos da rede estadual (geralmente anos finais do ensino fundamental e ensino médio) e rede municipal (geralmente educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e anos finais).

Como o número de ônibus disponíveis para a realização do translado geralmente é limitado, a malha viária dos municípios muitas vezes não dá conta da real necessidade e fica praticamente inviável atender o fluxo mediante as estruturas curriculares distintas, pois além desse fator supramencionado os alunos que são oriundos da zona rural dos municípios demandam um dispêndio de tempo maior para o deslocamento e retorno do transporte. Logo, o tempo se torna inviável para que os ônibus possam dar conta do direito ao transporte de todas as modalidades de ensino ofertadas em cada estado e nos seus municípios.

Aumento da evasão escolar

Um dos pilares argumentativos que sustentou a reforma do ensino médio a partir de 2017 foram os índices de evasão escolar dos anos anteriores, e a tese de que o aumento de uma carga horária flexível seria

atrativo para que os estudantes pudessem escolher elementos de aprendizagem, e que a socialização de cada um pudesse sentir-se contemplada nas trilhas de aprofundamento de uma das quatro áreas do conhecimento. No entanto, aquilo que deveria ser uma base de representação identitária da realidade vivenciada pelos estudantes no novo ensino médio tornou-se uma outra

forma de desmotivação, levando os secundaristas à evasão.

Já no início do presente ano, o Censo Escolar revelou que o ensino médio manteve os piores índices de abandono dos estudos ou repetência. Ao cruzar os dados a partir do número de matrículas junto aos dados de professores e estudantes dos diversos níveis de ensino da educação básica do país, foi percebido que 70 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais estão fora da escola ou não concluíram a educação básica (MARTINS, 2024).

Para muitos alunos, a complexidade envolvendo a nova realidade curricular do ensino médio brasileiro não é algo atrativo e, somadas as outras dificuldades (como as que foram elencadas anteriormente), o desestímulo torna-se um fator agregador.

A expectativa é o programa "pé de meia" que, em tese, é uma importante política de permanência do estudante do ensino médio no chão da escola. Algo que só poderá ser compreendido adequadamente ao longo da sua implementação.

A não reprogramação do tempo de transição para a implementação na nova realidade curricular após a pandemia

Para compreender esse aspecto, é necessário voltar a entender a conjuntura política do Brasil recente tal qual no início desse texto: com o golpe de Estado e o nefasto projeto "uma ponte para o futuro", a ideologia neoliberal passou a ter mais força nas ações da agenda de políticas públicas do país e esse movimento foi intensificado com a eleição para o governo de Jair Messias Bolsonaro, uma vez que o tom contra o estado democrático de direito e todas as conquistas constitucionais aumentou na mesma proporção em que a pressão contra o seu governo cresceu

durante a pandemia: negacionismos, prevaricações, ausência de políticas públicas redistributivas eficazes entre outros fatores.

Nesse caos humanitário, o então presidente Jair Bolsonaro decidiu juntamente com o ministério da educação manter o planejamento de implementação da reforma do ensino médio, sem levar em consideração todo o desgaste existente durante a pandemia e seus impactos na realidade das escolas públicas de todo o país.

A decisão de manter o planejamento da implementação completa do novo ensino médio sem levar em consideração um acontecimento de proporção mundial contribuiu para que cada Estado procurasse, a seu modo, formar os professores sobre as trilhas, projetos de vida e demais demandas da nova realidade curricular.

Tal situação contribuiu para que as formações deixassem de lado a perspectiva de uma educação propedêutica e passasse a utilizar cursos aligeirados como *lives*, reuniões virtuais e consulta técnica via formulários.

A falta de formação adequada sobre projetos de vida, itinerários e trilhas

Vale ressaltar que, durante esse período pandêmico, o ensino remoto se tornou uma alternativa (desigual e excludente, mas dialeticamente a única viável para aquele cenário dantesco) para o ensino de uma forma generalizada, entre 2020 e parte do ano de 2022, levando a realidade brasileira ao abandono escolar (conforme mencionado no tópico anterior) e ao esgotamento emocional dos professores que procuravam, dentro das condições que possuíam, organizar suas aulas e garantir o direito à educação.

Tais ações das secretarias estaduais eram relevantes e pertinentes para buscar uma formação adequada para a nova realidade curricular brasileira no ensino médio, mas no contexto de uma pandemia em que os profissionais da educação estavam sobrecarregados com a organização dos espaços virtuais, transposição de aulas para a momentânea realidade e muitas vezes não conseguindo obter a devolutiva esperada dos seus estudantes, uma formação aos moldes do que foi proposto em boa parte do

país soou como sendo a única via das secretarias estaduais de educação, uma vez que o governo federal bolsonarista pressionava a implementação da nossa realidade curricular dentro do cronograma proposto pelo ministro da educação Mendonça Filho, ainda no cenário pós golpe de Estado.

A ausência de formação continuada proporciona o sentimento de arranjo entre a nova proposta curricular e a necessidade de os professores adaptarem a carga horária de acordo com a necessidade existente no chão da escola.

A falta de uma formação voltada para o ensino propedêutico e a compreensão teórica da nova realidade curricular também influenciam o trabalho docente, pois o adoecimento laboral, o esgotamento emocional e a falta de instrumentos de trabalho somativos à nova realidade levam os professores da educação básica uma realidade tortuosa e muitas vezes escorregadia, repleta de pressões e insegurança.

Precarização do trabalho docente

Durante o golpe de Estado e a deposição da presidenta Dilma Rousseff, houve uma ode a ideologia da neutralidade na sala de aula das escolas da educação básica do país: do engodo da escola sem partido até a doutrinação e a implantação do comunismo no imaginário social das crianças e jovens brasileiros, foram vivenciados dias de caos pelos professores de todas as modalidades de ensino presentes no currículo daeducação básica brasileira, ainda mediada pela Lei Diretrizes de Bases da Educação. No entanto, após o golpe e a reforma do ensino médio, o que aparentemente poderia seguir seu curso e mudar a realidade curricular ganhou dois novos ingredientes: o discurso ideológico no notório saber e a proposta do *homescholling*.

Começamos pelo último indigesto ingrediente, que foi considerado inconstitucional em 2023, uma vez que o artigo constitucional 209 seria violado se o ensino caseiro fosse aprovado: a grosso modo, a ideia seria que os pais pudessem contribuir com a educação moral básica dos filhos, com ênfase na educação infantil, para depois os que os filhos fossem para

as escolas regulares tivessem contato com as outras crianças. Após pressões de diversos setores da sociedade civil nacional e internacional, a proposta foi rejeitada e o cenário escatológico da educação básica foi levemente aliviado.

No entanto, o outro ingrediente precisava ser posto à mesa da realidade educacional brasileira: o notório saber. Ainda no início da implementação do novo ensino médio, a ideia de notório saber fazia menção às experiências profissionais adquiridas sem passar pelo crivo acadêmico, mas com o tempo de realização de atividades tal premissa poderia contemplar a obtenção de algum conhecimento útil para a nova realidade curricular no ensino médio.

Logo após essa pseudo tese de notório saber, professores de disciplinas com carga horária reduzida com a reforma do ensino médio (língua espanhola, artes, sociologia, filosofia, história e geografia) demonstraram preocupação com os impactos dessa aceitação da reforma à luz do notório saber.

Além disso, os professores enfrentam outra dificuldade: a necessidade de ter que completar a carga horária de trabalho com eletivas, projetos de vida e trilhas além da formação acadêmica de cada um. Para aqueles professores que possuem formação continuada, a transposição de elementos de aprendizagem da formação geral básica para as trilhas de aprofundamento, por exemplo, o impacto é menor, uma vez que os materiais didáticos e o documento referencial de cada Estado apresentam uma base superficial, mas adequada para suprir inicialmente as necessidades que forem surgindo no âmbito a aprendizagem dos estudantes.

Para os professores que não possuem formação continuada, o desafio torna-se maior, pois contam com as orientações fornecidas pelas secretarias estaduais, assim como a formação aligeirada que tiveram acesso. Logo, a aprendizagem poderá ficar comprometida e sem perceber aquilo que deveria ser uma aplicação prática dos temas,conceitos e teorias aprendidos na universidade e transpostos para o chão da escola corre o risco de produzir uma maneira grosseira de propor a formação em unidades curriculares, eletivas ou projetos de vida, contribuindo para que o conhecimento comum do estudante sobre a realidade não seja poten-

cializado pelo professor como o esperado em suas estratégias de aprendizagem.

Com a reforma do ensino médio, é perceptível que o trabalho docente corre o risco de ser precarizado: sem condições intelectuais ideais para formar o profissional da educação básica, o desgaste emocional é algo iminente, pois o educador corre o risco de procurar ser claro em suas explicações, mas sem a formação básica pode dar margem a enfatizar o senso comum do aluno, não conseguir obter o objetivo da aprendizagem desejada e se frustrar.

A reforma da reforma do ensino médio e a nova cabeça da hidra da ponte para o futuro

No início desse ano, foi aprovada a necessidade de uma comissão do congresso apresentar a nossa proposta da reforma do ensino médio. O objetivo é claro: buscar diminuir os índices de evasão e aumentar os indicadores sociais além de, quiçá, garantir condições de aprovação dos estudantes da escola pública nas universidades do país.

Podemos compreender que o que se desenha com a reforma da reforma do ensino médio é apenas mais uma roupagem do que vem sendo pensado para garantir o curso de "uma ponte para o futuro" na atual configuração presidencial vigente: um governo de coalizão que busca sobreviver entre as demandas do mercado financeiro e o rolo compressor da ideologia neoliberal e a necessidade de aplicar premissas constitucionais mínimas do Estado democrático de Direito para o povo brasileiro.

A consulta pública sobre a reforma do ensino médio (a sua revogação, adequação ou manutenção) não possibilitou a devida ponte entre o que foi decidido (pela revogação) e o interesse do mercado através da maioria da câmara de deputados. Cabe às entidades que representam e defendem a educação pública a mobilização da população contra as medidas que aparentemente podem contribuir para o malogro da educação pública e impedir a emancipação omnilateral dos filhos da população brasileira via educação pública.

Assim como a hidra de Lerna grega qu,e ao cortar a cabeça errada, nasciam duas, agora com a reforma da reforma do ensino médio, parece que a atual configuração da presidência da república vai cortar a cabeça errada (o novo ensino médio) e vão nascer duas outras tão nocivas quanto: agora, corre-se o risco de atividades cotidianas na socialização dos jovens,como participar de clubes de natação, grupo de estudos religiosos ou até mesmo reuniões de clube de jovens, sejam aproveitadas, no lugar da carga horária do novo ensino médio, como nas eletivas e projetos de vida. Isso é precarizar a formação dos jovens e garantir uma pré-condição de precarização do trabalho, e jogar os estudantes de escolas públicas no calabouço do trabalho informal.

Assim como Hércules fez no segundo dos seus doze trabalhos, será necessário um esforço para derrubar a cabeça certa e não ter que se deparar com outras cabeças que serão tão nocivas quanto as anteriores. Em suma, quem se vai se atrever a frear a ofensiva neoliberal e por fim ao projeto "uma ponte para o futuro" para revogar a reforma trabalhista e o novo ensino médio? De quem será esse esforço hercúleo? Se o povo brasileiro não fosse um público que assiste tudo alheio, teríamos prontamente a resposta...

Referências Biliográficas

ANTUNES, Ricardo**. Adeus ao trabalho? :** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. Ed. São Paulo: Unicamp, 2005.

_____**A Dialética do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____**Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente** à **escola e** à **cultura**. Trad. Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.).

Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a, p. 39-64.

_____. **As contradições da herança**. Trad. Magali de Castro. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b, p. 229-237.

_____. **O capital social** – notas provisórias. Trad. Denice Barbara Catani e Afrânio Mendes Catani. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998c, p. 65-69.

_____. **Os três estados do capital cultural**. Trad. Magali de Castro. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998d, p. 71-79.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editoral, 2012.

LAHIRE, Bernard. ***Sucesso escolar nos meios populares*: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder.

Lowi, T. (1972). **Four systems of policy, politics, and choice. Public**

Administration Review, 32(4), 298-310

MARTINS, Renata. **Censo registra aumento d a evasãoescolar**. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/22/censo-escolar-registra-aumento-na-evasao-escolar-do-ensino-medio.ghtml. Acesso em: 04 fev. 2024. NETTO, J. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n. 1,

p. 202–222, jan./jun. 2012 Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nettojose-paulo-20160806040402866151O.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar**. In*:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 7-15.

OLIVEIRA, Marih. **Como o brasil voltou para o mapa da fome?** 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/27/como-o-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014-mas-voltou-a-ter-indices-elevados-de-miseria.ghtml. Acesso em: 10 mar. 2024.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares*: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Contra o golpe parlamentar no Brasil [entrevista]**. In: PRONER, Carol et al. (Org.). A resistência internacional ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016.

SOARES, M. **Precariedade e mistificação da precarização: superexploração da força de trabalho**. Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 22, n. Especial, p. 667–686, 2020. Disponível em: https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15700/13098. Acesso em: 15 mar. 2023.